

SANTO AGOSTINHO E O MENINO

RUY AFONSO DA COSTA NUNES

Há muitos anos, adolescente, tive o prazer de ler a *Vida de Sto. Agostinho* escrita por Papini. Gravou-se-me na memória a descrição feita pelo autor, no prefácio, do pequeno quadro de Sandro Botticelli na Galeria dos Ofícios, “onde um velho de barba branca, vestido de capa vermelha, conversa com um pequenito na praia de um mar verde e translúcido semelhante ao do *Nascimento de Venus*. O velho inclina-se um pouco para a criança que, ajoelhada junto de uma poça, tem na mão uma espécie de concha. Olhei para a legenda por baixo do quadro: era Sto. Agostinho a quem uma criança confessa querer esvaziar o mar” (1). Depois dessa leitura, deparei por várias vezes com a explicação da cena descrita pictoricamente por Sandro Botticelli. Há pouco tempo, ainda, pude verificar a durabilidade dessa formosa lenda, ao examinar a lição dada por Alfredo Barth sobre a Santíssima Trindade na sua *Enciclopédia Catequética*. “O mistério da Trindade divina, ensina A. Barth, é insondável. Tomás Cantipratano (morto em 1280) narra a história de *Sto. Agostinho* que passava longas horas indagando sobre o mistério da Trindade. Certo dia, viu uma criança tirando com uma colherzinha a água do mar para pô-la numa pequena cova... É mais fácil para mim, disse a criança, transportar a água do mar para esta cova do que para a tua razão compreender o inescrutável mistério da SS. Trindade”. Barth narra, em seguida, a mesma lenda em relação a Alano de Lille (2).

Drinkwater alinhou a piedosa lenda entre as suas *Historietas Catequéticas*, cuidando, entretanto, de lhes acrescentar na glosa explicação mais ampla que a de Barth ao dizer que Agostinho, após a visão, voltou para a sua casa e “se pôs a escrever o seu famoso livro *Sobre a Santíssima Trindade*, onde afirma que Deus é Amor, razão

(1) Papini, *Santo Agostinho*. Braga, Livraria Cruz, 1949 (Coleção Crítério, vol. 21), pág. 6.

(2) Barth, A., *Enciclopédia Catequética*, vol. I. São Paulo. Edições Paulinas, 1964. Cf. Lição XLIV, A Santíssima Trindade, a Catequese: Em Deus há três pessoas. § 3. Imagens, pág. 619.

pela qual nele há de haver mais de uma pessoa. O Pai e o Filho se amam e desse amor mútuo procede o Espírito Santo. *Isso é o máximo que podemos captar desse mistério*" (3).

Sabe-se hoje que provavelmente essa lenda não contém um núcleo de verdade histórica radicado na vida de Sto. Agostinho. João Stilting, bolandista do século XVIII, incluiu-a nos *Acta Sanctorum* entre "Aliqua incerta, quae posteriores scriptores de Sancto (Agustino) adhuc vivente narrant". Entre esses "posteriores scriptores" ele enumera Petrus de Natalibus Equilinus episcopus (in Catalogo Sanctorum, lib. 7, cap. 128), Ambrosius Staibano (in Templo Augustiniano, cap. 8) e Ludovicus Torellus (in saeculis Augustinianis Italice Scriptis ad annum 388, num. 12 et 13). Observa Stilting que essa "historiuncula" parece fabulosa, ao passo que foi desconhecida entre os antigos escritores. Colhe-se, pois, dos autores enumerados, que a historieta surgiu durante a Idade Média. Stilting examina, ainda, as contradições dos autores quanto aos pormenores do local e da época em que se teria passado a fábula (4).

Inquestionavelmente, parece que o melhor estudo histórico dessa questão é o de Henri-Irénéé Marrou: *Saint Augustin et l'Ange. Une légende médiévale*. Diz Marrou que é de deplorar a longa popularidade desse episódio lendário que acumula tantos contra-sensos numa simples historieta aplicada a Sto. Agostinho. Contra-senso, diz ele, é supor que Sto Agostinho houvesse pretendido alguma vez esgotar o mistério! Contra-senso a própria noção de mistério cristão, como se a fé nos impedisse de procurar aprofundar por meio da razão a noção que é objeto de nossa fé. Além disso, a historieta é desprovida de qualquer fundamento histórico. Ela se inscreve na tradição homilética, no repertório dos *exempla* — herança da retórica clássica — com que os pregadores medievais gostavam de esmaltar os seus sermões. "No estado atual de nossos conhecimentos, diz Marrou, esse *exemplum* surgiu no início do século XIII. Nós o encontramos, pela primeira vez, sob a pena do cisterciense renano Cesário de Heisterbach que dele se serviu num sermão do 1.º Domingo depois de Pentecostes, antes de retomá-lo nos seus *Libri miraculorum*, compostos cerca de 1219-1223. E o curioso é que o cisterciense não se refere a Santo Agostinho mas a um *scolasticus quidam*, um herói anônimo". Marrou descreve os avatares da anedota. A atribuição mais antiga do

(3) Drinkwater, F.H., *Historietas Catequísticas*. Barcelona, Editorial Herder, 1958. Cf. Nº 40: El misterio de Uno y Tres (El niño que quería vaciar el mar), pág. 59.

(4) *Acta Sanctorum*, Augusti tomus sextus. Paris-Roma, Victor Palmé, 1868, pág. 357-358.

exemplum a Sto. Agostinho aparece na obra do dominicano brabantino Tomás de Cantimpré, *Bonum universale de proprietatibus apum*, obra terminada em 1263. Em outras versões o herói do *exemplum* continua anônimo, achando-se a lenda até mesmo transposta na obra de um rabino espanhol Shem Tob Ibn Palquera (1224/8-1295) no "Livro do Investigador". Finalmente, observa Marrou que a versão agostiniana abandonou o repertório dos *exempla* para integrar a biografia do Santo, com a notícia consagrada por Pedro de Natali ao Bispo de Hipona no *Catalogus Sanctorum*, composto em Veneza entre 1369 e 1372. Informa também Marrou que Mme. Jeanne Pierre Courcelle, nos seus estudos sobre a iconografia de Sto. Agostinho, descobriu a introdução da lenda na arte cristã numa miniatura do fim do século XIV que ilustra o Ofício de Sto. Agostinho num breviário usado pelos Franciscanos de Milão.

Marrou faz a observação mais notável do seu estudo, ao frisar o verdadeiro interesse da lenda que envolve Sto. Agostinho, e que surgiu no começo do século XIII: "Seu *Sitz im Leben* deixa-se claramente definir. Nos nossos sermonários, nos nossos compiladores de *exempla* (que o catalogam sob a rubrica de *superbia*), nosso episódio exprime evidentemente essa corrente de desconfiança inquietada a respeito da teologia científica que acompanhou o florescimento da escolástica, desconfiança animada pela idéia tradicional e profunda do caráter inseparável entre teologia e vida espiritual, conhecimento de Deus e santidade" (5). Lembra muito bem Marrou que a prevenção contra a escolástica incipiente se manifesta num cisterciense como Cesário de Heisterbach ou nos pregadores populares pertencentes à Ordem dos Pregadores ou à dos Frades Menores, temerosos das repercussões das sutilezas filosóficas no ânimo do povo simples. O historiador francês acaba por afirmar que a lenda de Sto. Agostinho e do Menino pertence ao repertório do folclore universal, que não importa o autor do tema nem o momento em que este surgiu pois, através dele "nós atingimos as camadas mais profundas da imaginação humana e, de alguma forma, os seus arquétipos permanentes".

II

Examinemos com mais vagar o apontamento ligeiramente lançado por Marrou sobre a razão profunda que levou à gestação da lenda lá pelo início do século XIII: "ce courant de méfiance inquiète à l'égard

(5) Marrou, H. I., *Saint Augustin et l'Ange. Une légende médiévale*, in *L'Homme devant Dieu. Mélanges offerts au Père Henri de Lubac*, T. II. Du Moyen Age au siècle des Lumières. Paris, Aubier, 1964, pág. 137-149.

de la théologie scientifique qui a accompagné la floraison de la scolastique. . .” A tradição teológica apoiava-se principalmente em Sto. Agostinho. Os contraditores da escolástica incipiente sempre apelaram para a autoridade do Bispo de Hipona. A lenda de Sto. Agostinho e o Menino gira em torno do Mistério da Santíssima Trindade e do papel da razão perante o mistério. O investigador racional é representado por Sto. Agostinho que reconheceria o erro e a pretensão inaudita de se querer penetrar os recessos do mistério por meio do raciocínio. Vejamos, então, o que Sto. Agostinho, de fato, deixou estabelecido a respeito do papel da razão quanto ao mistério da Santíssima Trindade.

No prefácio do Livro II do *De Trinitate* o santo doutor reconhece que os homens passam por sérias dificuldades, quando buscam a Deus e se aplicam à consideração intelectual da Trindade, e ele próprio promete não ser indolente ao investigar a essência de Deus, tanto por meio da Escritura como através das coisas criadas. Por conseguinte, Sto. Agostinho reconhece que o cristão pode aplicar-se ao conhecimento do mistério da Santíssima Trindade, ora por meio da revelação contida na Sagrada Escritura, ora raciocinando a partir das criaturas visíveis. No Prólogo do Livro III diz ele que deseja para todos os seus escritos não só um piedoso leitor como, também, um crítico imparcial (*liberum correctorem*), de tal modo que os seus livros possam ser corrigidos à luz da Sagrada Escritura e do indiscutível ditame da razão. Com essa disposição, declara: “Investiguemos como quem há de encontrar, e encontraremos como quem há de investigar. Com efeito, quando o homem *pensar terminar, aí é que ele principia*”. E prossegue: “Não duvidemos com nenhuma falta de fé das coisas em que se deve crer, e não afirmemos com nenhuma temeridade a respeito das coisas que devemos entender pela razão. Naquelas deve seguir-se a autoridade, e nestas há de se buscar a verdade”. Bem adiante, diz Sto. Agostinho (XV, 27, 49) que a superioridade do homem sobre os outros animais procede da razão (*ipsa mens*) à qual foi proporcionada a visão das coisas invisíveis, e confessa a sua crença no Senhor Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, no Deus Uno e Trino, afirmando que, tendo em mente essa regra de fé, procurou ver com a inteligência o que era objeto da sua crença: “. . . et desideravi intellectu videre quod credidi. . .” (XXVIII, 51) Ora, se tal era a atitude de Sto. Agostinho quanto ao papel da razão perante o mistério da Santíssima Trindade e, se essa atitude podia ser assumida pelos cultores da tradição teológica no século XIII, por que, então, a desconfiança dos monges, dos frades ou dos agostinistas em geral quanto à teologia escolástica que não diferia no seu projeto científico da intenção e do objetivo de Sto. Agostinho no empreendimento teológico do *De Trinitate*?

III

Se quisermos apreciar, por sua vez, o projeto teológico dos escolásticos, nada melhor que consultar a *Suma contra os Gentios* de Sto. Tomás de Aquino, expressão clássica dessa intenção.

Diz Sto. Tomás que sobre as coisas em que cremos a respeito de Deus existe dupla ordem de verdade. Há certas verdades sobre Deus que ultrapassam a capacidade da razão humana como, por exemplo, a de que Deus é uno e trino. Há outras, entretanto, que a razão humana pode atingir, tais como a de que Deus existe, é uno, etc., que os filósofos também demonstraram guiados pela luz da razão natural. Em suma, há verdades divinas acessíveis à razão humana, e outras que excedem inteiramente a capacidade racional (Lib. I, cp. 3). Além disso, a verdade racional não se opõe à verdade da fé cristã, pois o mesmo Deus que fez o homem pensante, dotado de razão e capaz de raciocinar a partir dos primeiros princípios, foi Quem lhe revelou as verdades de ordem sobrenatural, e às quais o homem adere, com mérito, pela fé na autoridade de Deus revelante, e Este não infunde no homem alguma opinião ou fé contrária ao conhecimento natural (Lib. I, cap. 7). Por fim, o Aquinatense ressalta o papel da razão humana quanto à verdade de fé, e diz que esta só é evidente para os que contemplam a substância divina. Por isso, a razão pode recorrer a certas verossimilhanças que não bastam, todavia, para que a dita verdade seja compreendida por si mesma ou por meio de demonstração. É útil, adverte, que a mente humana se exercite nessas razões, embora débeis, contanto que não presuma compreender ou demonstrar essa verdade (Lib. I, cap. 8). Antes de tratar do mistério da Santíssima Trindade, Sto. Tomás explica, no cap. primeiro do Livro IV, que método deve ser empregado numa investigação teológica. Primeiramente, ensina, devemos tomar como princípios as verdades transmitidas pelas palavras da Sagrada Escritura; em seguida, devemos procurar esclarecer de algum modo essas verdades que nos são ocultamente transmitidas pelo texto sagrado e, por fim, devemos defendê-las da profanação (*laceratio*) dos infiéis, sem nutrirmos, entretanto, a pretensão de obter um perfeito conhecimento dessas verdades, uma vez que elas devem ser demonstradas pela autoridade da Sagrada Escritura e não pela razão natural. Contudo, deve demonstrar-se que elas não se opõem à razão natural, para que sejam defendidas dos ataques dos infiéis.

Ora, se compararmos o pensamento de Sto. Agostinho com o de Sto. Tomás, conforme acaba de ser exposto, verificaremos que é fundamentalmente o mesmo, afora pelo maior rigor e precisão exibidos por Sto. Tomás. Donde procederia, então, a animadversão dos

tradicionalistas do século XIII, e dos seus precursores na centúria anterior, contra a escolástica ou a teologia científica?

IV

O esclarecimento dessa questão exige que se remonte ao segundo quartel do século XII. Foi, então, que Abelardo deu impulso à aplicação da lógica aristotélica à estruturação das verdades teológicas, prosseguindo com o trabalho empreendido há séculos por Boécio e, pouco antes, por Santo Anselmo de Bec. Abelardo escreveu o tratado *Sobre a Teologia Cristã e a Introdução à Teologia* fazendo aquilo que Sto. Tomás havia de ensinar tão bem, como o vimos no parágrafo anterior: esclarecer as verdades da fé a partir das premissas fornecidas pela Sagrada Escritura com o esforço da razão investigante. Mas aconteceu que o Cavaleiro da Dialética resvalou, às vezes, nas suas expressões teológicas; foi, talvez, temerário na sua afoiteza de filósofo temperamental, e acabou por levantar e assanhar contra si mesmo a tribo dos antidialéticos que, muitas vezes, pareciam pecar pelo fideísmo. Alguns desses adversários recorreram ao prestigioso S. Bernardo, o líder dos cistercienses, e lograram lançar o Doutor Melífluo contra Abelardo como se este fosse confessadamente herege. Ora, por coincidência, foi um filho de S. Bernardo, o cisterciense Cesário de Heisterbach, quem começou a divulgar a lenda de Sto. Agostinho e o Menino. No primeiro grande ato dos conflitos doutrinares entre a escolástica incipiente e os tradicionalistas, a tônica recaiu sobre a legitimidade do emprego da filosofia no dilucidamento das verdades religiosas. Tal aplicação da filosofia ao objeto da fé era de esperar-se, uma vez que um mistério como o da Encarnação envolve conceitos como os de natureza humana, natureza divina e pessoa, enquanto o mistério da Trindade implica os conceitos de substância, pessoa e relação. Ora, esta é uma das categorias da lógica aristotélica, e as outras são noções que a metafísica investiga e esclarece. Depois disso, vieram as traduções das obras de Aristóteles que até o século XII eram desconhecidas no mundo cristão do Ocidente. Junto com essas traduções feitas do árabe e do grego chegaram, também, as traduções das obras de Avicena e, no começo do século XIII, as de Averróis, acrescidas pelos seus comentários à obra aristotélica. Como Aristóteles fosse tido por pagão materialista que tinha por acólito o ímpio Averróis, não é de espantar que o partido dos conservadores se escandalizasse e se pusesse a denunciar os novos perigos para a fé advindos da frequentação desses filósofos, mormente quando se via o caso de cristãos que se deixavam fascinar pelo paganismo de Aristóteles ou pela impiedade do seu Comentador. Os adversários

da escolástica, apaixonados e nervosos, eram incapazes de atinar, por exemplo, com o alcance do trabalho original de Sto. Tomás de Aquino que soube escolher o ensinamento de Aristóteles como lídima expressão das exigências da razão humana, corrigindo-o e completando-o, sem embargo, sempre que fosse necessário, pois como já advertira João de Salisbury no início do século XII no seu *Metalogicon*, e como soube compreender Sto. Tomás de Aquino, Aristóteles foi um grande filósofo, mas cometeu muitos erros. Assim, pois, foi nessa ambiência de desconfiança para com a razão, representada pela doutrina aristotélica, e de hostilidade para com os seus estudiosos que eram escolásticos da têmpera de um Abelardo, de um Sto. Alberto Magno, de um Sto. Tomás de Aquino, que surgiu a lenda de *Sto. Agostinho e o Menino*, como se o ínclito Mestre de Hipona refugasse qualquer recurso à razão na consideração das verdades da fé, o que não corresponde à verdade, como o podemos verificar. Não se pode deixar de reconhecer, entretanto, que a piedosa fábula pode servir de advertência quanto ao carácter impenetrável do mistério à agudeza do intelecto humano numa ilustração jucunda do ensinamento do Apóstolo: “a fé é uma certeza a respeito do que não se vê”.

